

FERNANDO RODRIGUES MONTES D'OCA

**O PENSAMENTO ÉTICO DE SANTO ANSELMO DE CANTUÁRIA:
UMA DEFESA DO DEONTOLOGISMO MITIGADO**

Porto Alegre

2014

FERNANDO RODRIGUES MONTES D'OCA

**O PENSAMENTO ÉTICO DE SANTO ANSELMO DE CANTUÁRIA:
UMA DEFESA DO DEONTOLOGISMO MITIGADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Porto Alegre

2014

FERNANDO RODRIGUES MONTES D'OCA

**O PENSAMENTO ÉTICO DE SANTO ANSELMO DE CANTUÁRIA:
UMA DEFESA DO DEONTOLOGISMO MITIGADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Aprovada em 02 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich (orientador) – PUCRS

Prof. Dr. Manoel Luís Cardoso Vasconcellos – UFPEL

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Strefling – UFPEL

Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton – UNISINOS

Prof. Dr. Alfredo Carlos Storck – UFRGS

Porto Alegre

2014

Para Karen Nunes Montes D'Oca,
Abrelino e Joana Maria Montes D'Oca
e Odila Oliveira Rodrigues (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho e a conclusão de meu doutorado não teriam sido possíveis sem a ajuda e a colaboração de algumas instituições e pessoas. Nomeadamente, agradeço:

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pela concessão da bolsa de estudos (PROBOLSAS/PUCRS).

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, pela receptividade e atenção.

Ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCRS, que me acolheu quando solicitei cursar disciplinas, bem como aos docentes com os quais tive o prazer de estudar conteúdos que foram muito válidos para minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPEL, de onde sou egresso, que sempre me acolheu bem, sobretudo quando a ele retornei para cursar uma disciplina como aluno especial.

Ao Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich, meu orientador, com quem aprendi muito, principalmente a fazer filosofia de um modo profissional.

Ao Prof. Dr. Manoel Luis Cardoso Vasconcellos, que me acompanhou durante o mestrado, que foi um dos meus grandes entusiastas para fazer doutorado em medieval e que muito me ajudou ao longo do curso.

Ao Prof. Dr. Paulo Ricardo Martines, que aceitou avaliar meu trabalho na pré-defesa e que foi um importante interlocutor de minha pesquisa nos últimos anos.

Aos Profs. Drs. Sérgio Ricardo Strefling, Alfredo Carlos Storck e Alfredo Santiago Culleton, pela disponibilidade para avaliar trabalho.

Aos amigos, colegas e companheiros de viagem, que tornaram a rotina mais leve e divertida, nomeadamente: Márcio Cenci, Lucas Silva, Mateus Couto e Fernando Rodrigues.

A minha irmã, sobrinha e cunhado, Rita, Marianna e Romário, pela torcida, mesmo de muito longe.

À medida que é adicionada à alma da criatura racional, a justiça modera a vontade de beatitude, de modo que corta o excesso da vontade, mas não amputa o seu poder de exceder-se. Assim, enquanto poderia exceder a medida por querer ser bem-aventurada, a criatura racional não quererá excedê-la por querer justamente. E, então, tendo uma justa vontade de beatitude, poderá e deverá ser bem-aventurada.

Santo Anselmo de Cantuária

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo sobre o pensamento ético de Santo Anselmo de Cantuária (1033-1109) e tem como objetivos: (i) apresentar um estudo sistemático sobre a teoria ética anselmiana, mediante a análise de suas principais obras que contêm reflexões de cunho moral, bem como dos principais conceitos éticos que emergem a partir dessas reflexões; e (ii) propor uma interpretação sobre a natureza da ética anselmiana, após a devida análise de algumas interpretações existentes. Em vista disso, este trabalho encontra-se organizado em três partes. A primeira realiza um estudo das obras que mais diretamente contêm o pensamento ético de Anselmo, a saber: *De Veritate* (Sobre a Verdade), *De Libertate Arbitrii* (Sobre a Liberdade do Arbítrio), *De Casu Diaboli* (Sobre a Queda do Diabo) e *Cur Deus Homo* (Por que Deus se fez Homem?). A segunda investiga os principais conceitos sobre os quais se fundamenta a teoria ética anselmiana, a saber: retidão (*rectitudo*), vontade (*voluntas*) e beatitude (*beatitudo*). Fundamentalmente, essas duas partes visam cumprir o objetivo (i). Finalmente, a terceira parte enfrenta o problema da natureza da ética de Anselmo e, assim, visa cumprir o objetivo (ii). Nessa parte, são apresentadas as principais interpretações existentes sobre a natureza de sua teoria ética, a saber: de um lado, as interpretações eudemonistas e, de outro, as interpretações deontologistas. Essa parte também conta com uma apresentação de aspectos inconsistentes e controversos dessas interpretações e, evidentemente, com a exposição de nossa interpretação, que sustenta que a teoria ética anselmiana é de natureza deontológica, mas que seu deontologismo não é forte, pois coexiste com alguns elementos eudemonistas, e, portanto, defende que o deontologismo ético de Anselmo é mitigado.

Palavras-chave: Retidão. Beatitude. Vontade. Eudemonismo. Deontologismo.

ABSTRACT

This work consists in a study on the ethical thought of Saint Anselm of Canterbury (1033-1109) and its goals are: (i) to show a systematic study on the Anselmian ethical theory, through the analysis of his major works which hold reflections of moral nature, as well as the main ethical concepts which emerge from these reflections; and (ii) to suggest an interpretation about the nature of Anselmian ethics, after an appropriate analysis of some interpretations that exist. Accordingly, this work is organized in three parts. The first part covers a study with the works which most directly include Anselm's ethical thought, such as: *De Veritate* (On Truth), *De Libertate Arbitrii* (On Freedom of Choice), *De Casu Diaboli* (On the Fall of the Devil) and *Cur Deus Homo* (Why God became Man). The second part explores the main concepts on which the Anselmian ethical theory bases itself on, such as: rightness (*rectitudo*), will (*voluntas*), and blessedness (*beatitudo*). Fundamentally, these two parts aim to accomplish goal (i). Finally, the third part faces the problem of Anselm's nature of ethics and, thus, aims to accomplish goal (ii). In this part, the major existent interpretations about the nature of his ethical theory are explicated, for instance: on one hand, the eudaemonist interpretations and, on the other, the deontologist interpretations. This part also includes a presentation of inconsistent and controversial points of these interpretations and, evidently, with the expound of our interpretation, which supports that the Anselmian ethical theory is of a deontological nature but its deontologism is not strong, because it coexists with some eudaemonist elements, and, therefore, defends that Anselm's ethical deontologism is mitigated.

Key-words: Rightness. Blessedness. Will. Eudaemonism. Deontologism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Possibilidades de fazer (<i>facere</i>)	137
Quadro 2 – Divisão modal de fazer (<i>facere</i>)	139
Quadro 3 – Divisão modal de querer (<i>velle</i>)	141
Quadro 4 – Os septenários dos bens da beatitude eterna	204
Quadro 5 – Os septenários dos males da infelicidade eterna	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OBRAS

- Schmitt SCHMITT, F. S. (Ed.). *S. Anselmi Cantuariensis Archiepiscopi. Opera Omnia*. Edinburgi: Thomam Nelson et Filios, 1946-1961. 6 v.
- Memorials* SOUTHERN, R. W.; SCHMITT, F. S. (Eds.). *Memorials of St. Anselm*. Oxford: OUP, 1969.
- PL* MIGNE, J.-P. (Ed.). *Patrologiae Cursus Completus. Series Latina*. Parisiis, 1844-1855. 217 v.
- Silva 2001 SILVA, P. O. *Santo Agostinho. Diálogo sobre o Livre Arbítrio*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2001.
- Silva 2012 SILVA, P. O. *Anselmo de Cantuária. Diálogos filosóficos*. Porto: Afrontamento, 2012.
- Mon.* *Monologion* (Schmitt, v. 1, pp. 5-87).
- Prosl.* *Proslogion* (Schmitt, v. 1, pp. 93-122).
- DV* *De Veritate* (Schmitt, v. 1, pp. 173-199).
- DLA* *De Libertate Arbitrii* (Schmitt, v. 1, pp. 205-226).
- DCD* *De Casu Diaboli* (Schmitt, v. 1, pp. 231-278).
- EIV* *Epistola de Incarnatione Verbi* (Schmitt, v. 2, pp. 3-35).
- CDH* *Cur Deus Homo* (Schmitt, v. 2, pp. 40-133).
- DCV* *De conceptu virginali et de originali peccato* (Schmitt, v. 2, pp. 137-172).
- DC* *De concordia praecientiae et praestinationis et gratiae dei cum libero arbitrio* (Schmitt, v. 2, pp. 245-288).
- Ep(p).* *Epistola(e)* (Schmitt, v. 3, pp. 93-294; v. 4, pp. 3-232; v. 5, 233-423).
- DHM* *De Humanis Moribus* (*Memorials*, pp. 37-104).
- Dicta* *Dicta Anselmi* (*Memorials*, pp. 105-195).
- DB* *De Beatitudine* (*Memorials*, pp. 271-291).
- Phil. Frag.* *Philosophica Fragmenta* (*Memorials*, pp. 334-351).
- Vol.* *Liber de Voluntate* (*PL* 158:487a-490a).
- De Lib. Arb.* *De Libero Arbitrio* (*PL* 32:1221-1310).
- Moralia* *Moralia in Iob* (*PL* 75:509d-1162b; 76:9a-782a).

LIVROS DA BÍBLIA CITADOS OU REFERIDOS

Gn	Gênesis	Mt	Mateus
Dt	Deuteronômio	Lc	Lucas
2Cr	II Crônicas	Jo	Jo
Jó	Jó	Rm	Romanos
Sl	Salmos	1Cor	I Coríntios
Pr	Provérbios	Gl	Gálatas
Sb	Sabedoria	Ef	Efésios
Eclo	Eclesiástico	1Tm	I Timóteo
Is	Isaías	Ap	Apocalipse
Os	Oséias		

OUTRAS ABREVIATURAS E SIGLAS

M.	Mestre	SIEPM	Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale
D.	Discípulo	FIDEM	Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales
A.	Anselmo	CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
B.	Boso	BAC	Biblioteca de Autores Cristianos
liv.	livro	OUP	Oxford University Press
q.	questão	CUP	Cambridge University Press
cap.	capítulo		
Trilogia	Trilogia de tratados concernentes ao Estudo da Sagrada Escritura		

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
PARTE I – AS OBRAS		
2	AS PRINCIPAIS OBRAS COM REFLEXÕES ÉTICAS	09
2.1	A TRILOGIA: APRESENTAÇÃO GERAL	10
2.2	<i>O DE VERITATE</i>	15
2.3	<i>O DE LIBERTATE ARBITRII</i>	22
2.4	<i>O DE CASU DIABOLI</i>	28
2.5	<i>O CUR DEUS HOMO</i>	36
PARTE II – OS CONCEITOS		
3	A RETIDÃO	50
3.1	AS ORIGENS DO CONCEITO DE RETIDÃO	52
3.1.1	A INFLUÊNCIA DA SAGRADA ESCRITURA	52
3.1.2	A INFLUÊNCIA DE AGOSTINHO E GREGÓRIO MAGNO	57
3.2	O LUGAR SISTEMÁTICO DO CONCEITO DE RETIDÃO: CRIAÇÃO, TELEOLOGIA E DÉBITO	69
3.2.1	A DEPENDÊNCIA DO <i>DE VERITATE</i> EM RELAÇÃO AO <i>MONOLOGION</i>	70
3.2.2	<i>MONOLOGION</i> : CRIAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO METAFÍSICA DO CONCEITO DE RETIDÃO	71
3.2.3	RETIDÃO: FINALIDADE E DOTAÇÃO	83
3.2.4	RETIDÃO: A DÍVIDA	88
3.2.5	RETIDÃO DA VONTADE: AQUISIÇÃO, PERDA E REAQUISIÇÃO	92
4	A VONTADE	105
4.1	O PODER INVENCÍVEL DA VONTADE	106
4.1.1	<i>DE LIBERTATE ARBITRII</i> 5	108
4.1.2	<i>DE LIBERTATE ARBITRII</i> 6	113
4.1.3	<i>DE LIBERTATE ARBITRII</i> 7	113
4.1.4	A PERSEVERANÇA	115
4.2	A DIVISÃO TRIPARTIDA DA VONTADE E A DOCTRINA DA DUPLA AFECÇÃO	116
4.2.1	VONTADE-INSTRUMENTO	119
4.2.2	VONTADE-AFECÇÃO	121
4.2.3	VONTADE-USO	133
4.3	DIVISÃO MODAL DA VONTADE	135

5	A BEATITUDE	151
5.1	O LUGAR SISTEMÁTICO DO CONCEITO DE BEATITUDE	152
5.1.1	A BEATITUDE NO <i>MONOLOGION</i> : O ESTÁGIO ÚLTIMO DA CRIAÇÃO	152
5.1.1.1	Beatitude: eternidade e ausência de mal	155
5.1.1.2	Beatitude: caráter retributivo	157
5.1.1.3	O prêmio dos bem-aventurados: fruição de Deus e vida suficiente	161
5.1.2	A BEATITUDE NO <i>CUR DEUS HOMO</i>	167
5.1.2.1	A centralidade do conceito de beatitude	168
5.1.2.2	A antropologia do <i>Cur Deus Homo</i>	173
5.2	O CONTEÚDO DA BEATITUDE	178
5.2.1	A BEATITUDE NO <i>PROSLOGION</i>	178
5.2.2	A BEATITUDE NAS OBRAS ORAIS	190
5.2.2.1	O interesse pelo tema da beatitude	193
5.2.2.2	A limitação intelectual humana e o método para a compreensão da beatitude	195
5.2.2.3	O critério da suficiência/não-indigência	200
5.2.2.4	As duas beatitudes	201
5.2.2.5	O conteúdo da beatitude eterna: os septenários dos bens	203
5.2.2.6	O conteúdo da infelicidade eterna: os septenários dos males	205

PARTE III – O PROBLEMA

6	A NATUREZA DA ÉTICA ANSELMIANA: EUDEMONISMO <i>VERSUS</i> DEONTOLOGISMO	211
6.1	INTERPRETAÇÕES EUDEMONISTAS	214
6.1.1	O EUDEMONISMO DE ESCOLHA HIERÁRQUICA DE KATHERIN ROGERS	214
6.1.2	O EUDEMONISMO DE DOMINIC FARRELL	221
6.1.3	ASPECTOS CONTROVERSOS DO EUDEMONISMO	226
6.2	INTERPRETAÇÕES NÃO-EUDEMONISTAS/DEONTOLOGISTAS	229
6.2.1	O DEONTOLOGISMO DE JEFFREY BROWER	230
6.2.2	O DEONTOLOGISMO DE MARTIN TRACEY	238
6.2.3	O NÃO-EUDEMONISMO DE ITALO SCIUTO	242
6.2.4	OUTROS COMENTADORES NÃO-EUDEMONISTAS/DEONTOLOGISTAS	247
6.2.5	ASPECTOS CONTROVERSOS DO NÃO-EUDEMONISMO/DEONTOLOGISMO	258
7	O DEONTOLOGISMO MITIGADO	261
7.1	FINALISMO DA JUSTIÇA E TEOCENTRISMO ÉTICO	262
7.2	MORALIDADE E FELICIDADE: UM CONFLITO POSSÍVEL	276
7.3	O ATO MORAL	288
8	CONCLUSÃO	307
	BIBLIOGRAFIA	315

1 INTRODUÇÃO

Contado entre os grandes pensadores não só da Filosofia Medieval como também de toda a História do Pensamento Ocidental, Santo Anselmo de Cantuária (1033-1109), ou de Aosta (como é chamado pelos estudiosos da tradição italiana), também conhecido como Doutor Magnífico (*Doctor Magnificus*), deixou um legado não apenas para a filosofia teórica, através de seu argumento ontológico que fez fama na História da Filosofia, mas também para a filosofia prática, através de um pensamento ético que, embora bem menos famoso que o argumento ontológico, tem sido alvo de um crescente interesse de estudo, sobretudo na última década.

Mesmo não nos tendo legado uma obra específica sobre ética e tendo tratado de questões morais obliquamente, em meio à resolução de problemas de alcance teológico, o monge e arcebispo Anselmo refletiu profundamente sobre questões morais e legou-nos o que um intérprete seu chamou de “teoria ética trabalhada” (“worked-out ethical theory”)¹, o que, por certo, não é nenhum exagero, pois, quando lemos sua obra e atentamos para as suas reflexões éticas, é justamente uma teoria ética rica, sistemática e bem trabalhada que encontramos.

Essa teoria ética, no entanto, embora afirmemos que é sistemática, não é de fácil sistematização nem de fácil compreensão quanto a sua natureza. Como ela não ocorre em uma obra específica, para se ver sua sistematicidade é necessário percorrer toda a obra do Doutor Magnífico, pois só a compreensão do conjunto e do espírito de sua obra permite entendermos as teses e os conceitos fundantes de sua ética.

Mas se esse trabalho não é pequeno, menos ainda o é o trabalho de compreensão de sua natureza. Quando fazemos a pergunta pela natureza da ética do Arcebispo de Cantuária somos defrontados com uma arena de interpretações que ou afirmam que Anselmo elabora uma ética de natureza eudemônica ou sustentam que ele elabora uma ética de caráter deontológico.

As interpretações eudemonistas afirmam que o Aostano se perfila à tradição de sua época, marcadamente eudemonista, e propõe uma reflexão moral em que é na busca da beatitude que se encontra o fim último das criaturas racionais e, logo, que é a beatitude o móbil da conduta moral. De outra parte, as interpretações deontologistas apontam que

¹ BROWER, J. Anselm on Ethics. In: DAVIES, B.; LEFTOW, B. (Eds.). *The Cambridge Companion to Anselm*. Cambridge: CUP, 2004. p. 222.

Anselmo, ao privilegiar noções de dever e obrigação em detrimento de considerações sobre o que promove nosso bem-estar ou felicidade, rompe com o eudemonismo característico de sua época e antecipa, já no séc. XI, uma separação entre moralidade e felicidade que o Medievo só iria conhecer de fato com João Duns Scotus, no séc. XIII, e uma ética do dever que a tradição filosófica só conheceria com Immanuel Kant, no séc. XVIII.

Mas como ver sistematicidade numa ética que ocorre difusamente em várias obras e como compreender sua natureza em meio a interpretações tão polarizadas? Visto que ter o que dizer a essa indagação aparentemente ingênua é o que minimamente se exige de quem está disposto a empreender um estudo sobre a ética anselmiana, responder essa pergunta é, pois, a meta deste trabalho. Para tanto, estabelecemos dois objetivos a perseguir:

- (i) apresentar um estudo sistemático sobre a ética de Anselmo, mediante a análise de suas principais obras que contêm reflexões de cunho moral, bem como dos principais conceitos éticos que emergem a partir dessas reflexões; e
- (ii) propor uma interpretação sobre a natureza da ética anselmiana, após a devida análise de algumas interpretações existentes.

Desde seu início, este trabalho teve como propósito fundamental perseguir o objetivo (ii). No entanto, assim que foi notada a impossibilidade de se dizer algo minimamente consistente e apropriado acerca da natureza da ética anselmiana sem um prévio estudo aprofundado das obras com reflexões éticas e dos conceitos éticos e, portanto, sem uma busca pelo sistema ético anselmiano, o objetivo (i) foi assumido como imprescindível para o trabalho. Ao assumi-lo, vimos o trabalho ganhar uma extensão maior do que a esperada. Entretanto, sem (i) não teríamos chegado à proposição de nossa interpretação sobre a ética anselmiana, pois sem a compreensão do sistema, que nos proporcionou compreender a relação entre retidão (*rectitudo*) e beatitude (*beatitudo*) – respectivamente: bem moral e bem não moral, ou, ainda, moralidade e felicidade –, talvez tivéssemos nos limitado a endossar esta ou aquela interpretação sobre o pensamento ético do Aostano, o que, todavia, não seria correto, visto que determinar a natureza de sua ética não é uma questão de simplesmente escolher entre eudemonismo e deontologismo.

De fato, o pensamento moral que foi legado pelo Doutor Magnífico é bem mais complexo do que o modo como as interpretações encontram-se dispostas e do que o modo como esquematizamos e categorizamos os diferentes modelos éticos existentes. Anselmo é um pensador que está imerso numa tradição que é marcadamente eudemonista e

inegavelmente elabora uma doutrina sobre a beatitude. Contudo, à medida que está decidido a elaborar uma ética radicalmente teocêntrica e, logo, uma ética em que é a retidão ou justiça, e não a beatitude, o seu fundamento, não assume as premissas que um típico eudemonista assumiria. Por outro lado, ainda que pense que moralidade e felicidade não se identificam e que antes de perseguirmos nosso bem-estar ou felicidade pessoal devemos buscar ser justos, mediante a conservação da retidão da vontade, não chega a antecipar todas as premissas que um deontologista de tipo kantiano aceitaria, uma vez que não vê problema em alguém buscar a beatitude e os bens que lhe são próprios dentro dos limites do que é moralmente correto, pois o único problema é fazê-lo contrariando a justiça, dado que a justiça é a única coisa que jamais pode ser negligenciada, já que, enquanto constitui o fim último das criaturas racionais, é incomparavelmente valiosa em relação à beatitude e é sinal do amor que elas têm por seu criador.

Isso quer dizer que se queremos determinar a natureza da ética anselmiana com base na distinção eudemonismo *versus* deontologismo – que mesmo demasiado reducionista, não é inútil –, devemos optar ou pelo eudemonismo ou pelo deontologismo, mas com o compromisso de apresentarmos qualificações e especificações à opção feita.

Por isso, ao longo deste trabalho, sustentamos que a ética anselmiana é de natureza deontológica, pois o Doutor Magnífico concebe que o fim último das criaturas racionais é a retidão/justiça, e não a beatitude, e porque reconhecidamente opera uma cisão entre moralidade e felicidade, já que, ao propor que a realização da justiça deve primar sobre a busca da beatitude, admite que agir moralmente pode ser prejudicial ao agente moral. No entanto, qualificamos o deontologismo ético anselmiano de mitigado (brando ou suave), pois há espaço nele para uma doutrina da beatitude, porque Anselmo jamais considera a busca da beatitude como algo por si imoral e, também, porque admite que podemos buscar a beatitude e a justiça em um mesmo ato da vontade, visto que não pensa que querer a justiça e a beatitude são coisas impossíveis, tampouco subscreve algum tipo de purismo motivacional que reconheceria que o ato moral deve ser motivado tão-só pelo puro querer pelo que é reto ou devido.

Para chegarmos a essa interpretação, dividimos o desenvolvimento deste trabalho em três partes e seis capítulos e estabelecemos um itinerário metodológico que tem seu início com uma adequada compreensão das principais fontes a partir das quais é possível realizar um estudo sobre a ética anselmiana. O estudo das fontes que mais diretamente contêm o pensamento ético do Doutor Magnífico consiste na Parte I deste trabalho, denominada “As obras”, parte que é constituída por um capítulo único, o Cap. 2, intitulado “As principais

obras com reflexões éticas”, no qual são brevemente apresentados os tratados *De Veritate* (Sobre a Verdade), *De Libertate Arbitrii* (Sobre a Liberdade do Arbítrio), *De Casu Diaboli* (Sobre a Queda do Diabo) e *Cur Deus Homo* (Por que Deus se fez Homem?).

Como o Aostano não nos legou um tratado específico sobre ética e só refletiu sobre questões morais em meio à resolução de problemas de alcance teológico, uma adequada compreensão de seu pensamento ético exige um entendimento apropriado do que dá ocasião para a apresentação de suas reflexões de natureza ética. Metodologicamente, a apresentação das fontes proporciona entendermos o universo conceitual a partir do qual tem origem a ética de Anselmo e permite identificarmos os conceitos, as definições e os desenvolvimentos argumentativos elementares à compreensão da natureza de sua ética.

Compreendidas as obras, o passo seguinte é a compreensão dos conceitos éticos, visto que a resolução do problema sobre da natureza da ética anselmiana exige o entendimento da relação existente entre os conceitos de retidão (*rectitudo*) ou justiça (*iustitia*) e beatitude (*beatitudo*), assim como a compreensão da psicologia anselmiana e, logo, do conceito de vontade (*voluntas*), em suas diferentes acepções.

O estudo dos conceitos consiste na Parte II deste trabalho, denominada “Os conceitos”, a qual é constituída por três capítulos: Cap. 3, intitulado “A retidão”, que mapeia as fontes que muito possivelmente levaram Anselmo a elaborar o conceito de retidão e explica o lugar sistemático desse conceito no interior do pensamento anselmiano; Cap. 4, “A vontade”, que apresenta e elucida a divisão tripartida da vontade (instrumento, afecção e uso), bem como a importante divisão bipartida da vontade-afecção (afecção pelo cômodo e afecção pela retidão), divisão que, a uma só vez, revela que Anselmo separa moralidade de felicidade, mas que não as vê como sempre exclusivas entre si; e Cap. 5, “A beatitude”, que explica o lugar sistemático do conceito de beatitude no pensamento anselmiano, elucida o conteúdo da beatitude eterna e nos permite entender que a beatitude é a recompensa do justo e de todos os que nesta vida amaram e honraram a Deus, fazendo disso seu fim último.

Mediante o estudo dos conceitos, dá-se um passo importante rumo à compreensão da ética anselmiana e à determinação de sua natureza. Dentre outras coisas, esse estudo mostra que, mesmo sendo o fundamento da teoria ética do Aostano, a retidão não apresenta algum tipo de equivalência com o dever kantiano – o que é importante para desmistificarmos interpretações que demasiadamente aproximam Anselmo de Kant. Em acréscimo, o estudo dos conceitos mostra que o Aostano elabora uma psicologia moral que não dá indícios de que o ato moral suponha uma motivação exclusiva pelo puro dever, nem de que as escolhas pelo reto/justo ou pelo cômodo sejam sempre mutuamente exclusivas, e, também, mostra que ele

elabora uma substantiva doutrina da beatitude, doutrina que é imprescindível para o apropriado entendimento de sua ética, mas que, infelizmente, ainda é negligenciada por muitos intérpretes.

Escrutinados os conceitos, o passo seguinte é enfim enfrentar o problema da natureza da ética anselmiana, o que é feito na Parte III deste trabalho, denominada “O problema”. Essa parte encontra-se dividida em dois capítulos: Cap. 6, intitulado “A natureza da ética anselmiana: eudemonismo *versus* deontologismo”, no qual expomos algumas das principais interpretações existentes sobre a natureza da ética de Anselmo e listamos pontos inconsistentes e controversos dessas interpretações; e Cap. 7, “O deontologismo mitigado”, no qual apresentamos nossa própria interpretação sobre a natureza da ética anselmiana, mediante a adoção de uma postura interpretativa que inegavelmente bebe muito das interpretações de viés deontologista, com as quais temos inequívoca afinidade, mas que, no entanto, atribui a Anselmo um deontologismo que exige uma qualificação, e daí o adjetivo mitigado.

Nessa Parte III, ao apontarmos as inconsistências das interpretações apresentadas, no Cap. 6, e ao expormos nossa interpretação, no Cap. 7, buscamos deixar claro que mesmo assumindo as premissas deontologistas de que o fim último das criaturas racionais é a retidão/justiça, e não a beatitude, e de que moralidade e felicidade podem conflitar, de modo que agir moralmente pode ser prejudicial ao agente, não há nenhuma boa razão para atribuímos um deontologismo estrito ao Doutor Magnífico, pois há espaço em sua teoria ética para uma doutrina da beatitude. Para chegar a esse arrazoado, mostramos que a psicologia anselmiana admite a possibilidade de que um mesmo ato da vontade ocorra em vista da justiça e da beatitude e argumentamos que a retidão é conservada sem prejuízo mesmo quando se pratica a justiça estando motivado pelo desejo de alcançar a beatitude eterna, e, portanto, por algo diferente do puro querer pela retidão, pois quando Anselmo estabelece que a retidão deve ser conservada por si mesma não está a assumir a premissa deontologista de que só é moral o ato motivado pelo puro dever, mas apenas chamando a atenção para a voluntariedade da conservação da retidão, (voluntariedade) que não é comprometida quando se pratica a justiça para se obter a beatitude eterna, pois quem quer receber o prêmio da justiça não pode querer o que não satisfaz as exigências da justiça e, logo, quer a retidão por si mesma.

De agora em diante, passemos a alguns esclarecimentos. As citações/referências das obras de Anselmo são todas feitas segundo a edição crítica de Franz Sales Schmitt, OSB

(1894-1972)². Para evitar que a referência ficasse extensa e confusa devido ao número excessivo de informações, omitimos a indicação do volume. Uma vez que a maioria das obras com as quais trabalhamos ocorrem nos dois primeiros volumes e são de fácil identificação, entendemos que a reiterada indicação dos mesmos a cada citação/referência era prescindível. Ademais, a omissão dos volumes deixa a referência enxuta e direta. Por isso, limitamo-nos a indicá-los apenas na Lista de Abreviaturas e Siglas.

A referência das obras de Anselmo ocorrerá da seguinte forma: em primeiro lugar, será indicada a *obra*, através de sua abreviatura ou sigla; na sequência, será indicado o *livro* ou a *questão* (caso a obra divida-se desse modo), por meio de algarismos romanos maiúsculos; em terceiro lugar, será indicado o *capítulo*, através de algarismos arábicos; após, será indicada a *página*, mediante algarismos arábicos; finalmente, a referência é concluída com a indicação da *linha*, (indicação) que será precedida por dois pontos e que também será feita em algarismos arábicos. Exemplo: *CDH* II, 1, 97:4-17.

As citações/referências das obras indiretas e não-canônicas, que nos foram legadas pelos discípulos de Anselmo, que recolheram seu ensinamento oral e compilaram suas anotações e rascunhos, serão feitas a partir da edição crítica de Richard William Southern (1912-2001) e Franz Sales Schmitt³. Ao citá-las, indicaremos, em primeiro lugar, a *obra*, através de sua sigla ou abreviatura; em segundo lugar, o *capítulo* ou a *seção*, por meio de algarismos arábicos; após, a *página*, mediante algarismos arábicos; e, por último, a *linha*, também através de algarismos arábicos e precedida por dois pontos. Exemplo: *DB* 1, 275:10-22.

As citações/referências do *Liber de Voluntate* e das obras de Santo Agostinho e São Gregório Magno serão todas feitas a partir da *Patrologia Latina*⁴ e serão mencionadas segundo o modo usual: volume seguido de coluna, após, evidentemente, ter sido indicada a obra e sua divisão. Exemplo: *De Lib. Arb.* I.11.21 (*PL* 32:1233).

Sempre que ocorrerem citações diretas das obras de Anselmo, de Agostinho e de Gregório Magno o procedimento será o seguinte: no corpo do texto, será feita a citação em português; em nota de rodapé, a citação em latim. Caso a citação direta ocorra apenas em nota, imediatamente após a citação em português seguir-se-á a citação em latim.

² SCHMITT, F. S. (Ed.). *S. Anselmi Cantuariensis Archiepiscopi. Opera Omnia*. Edinburgi: Thomam Nelson et Filios, 1946-1961. 6 v. (doravante Schmitt).

³ SOUTHERN, R. W.; SCHMITT, F. S. (Eds.). *Memorials of St. Anselm*. Oxford: OUP, 1969. (*Memorials*).

⁴ MIGNE, J.-P. (Ed.). *Patrologiae Cursus Completus. Series Latina*. Parisiis, 1841-1864. 221 v. (*PL*).

Quanto às citações diretas dos comentadores de Anselmo cujas obras não se encontram em português, o procedimento será o mesmo mencionado: no corpo do texto, a citação em português; em nota, a citação no idioma do intérprete.

Todas as traduções ocorrentes ao longo deste trabalho são de nossa responsabilidade, exceto as traduções das obras da Trilogia, *DV*, *DLA* e *DCD* (de Anselmo), e do *De Lib. Arb.* (de Agostinho). Citamos essas obras conforme a tradução portuguesa das mesmas de Paula Oliveira e Silva⁵. Eventualmente, sentimos a necessidade de oferecer uma tradução alternativa para alguma palavra. Neste caso, recorreremos ao recurso da interpolação. Muito raramente, optamos por oferecer nossa própria tradução. Fizemos esta escolha sempre que notamos que as interpolações seriam excessivas e prejudiciais para a compreensão do texto. Todas as traduções de Anselmo ou Agostinho a partir de Silva estão identificadas (e.g.: Trad. Silva 2001, p. 111; Trad. Silva 2012, p. 103). Finalmente, devemos notar que todas as traduções do texto anselmiano que são de nossa responsabilidade basearam-se fundamentalmente em duas importantes traduções das obras completas de Anselmo, a saber: na tradução inglesa de Jasper Hopkins e Herbert Richardson⁶; e na tradução francesa bilíngue coordenada por Michel Corbin (SJ), a qual se encontra em curso⁷.

Finalmente, notamos que evitamos o uso de expressões como “idem” e “ibidem” para referenciar as obras citadas. Optamos por evitá-las para permitir que a identificação do autor e da obra ficasse mais fácil e imediata para o leitor. Não obstante, utilizamos a expressão “opus citatum” (“op. cit.”), para evitar ter de sempre mencionar a referência completa da obra.

⁵ SILVA, P. O. *Santo Agostinho. Diálogo sobre o Livre Arbítrio*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2001. (Silva 2001); SILVA, P. O. *Anselmo de Cantuária. Diálogos filosóficos*. Porto: Afrontamento, 2012. (Silva 2012).

⁶ Cf. HOPKINS, J.; RICHARDSON, H. *Anselm of Canterbury. Complete Philosophical and Theological Treatises*. Minneapolis: Arthur J. Banning Press, 2000

⁷ Cf. CORBIN, M. *Anselme de Cantorbéry. L'Œuvre de S. Anselme de Cantorbéry*. Paris: Cerf, 1986ss. Dos dez volumes previstos, sete já se encontram publicados. Restam ser publicados os v. 7 e 8, respectivos às cartas do período do Arcebispado, e o v. 10, respectivo às obras indiretas de Anselmo.

8 CONCLUSÃO

Tendo-se escrutinado as principais obras anselmianas com reflexões éticas (Parte I: Cap. 2), os conceitos a partir dos quais Anselmo desenvolve seu pensamento ético (Parte II: Caps. 3, 4 e 5) e, é claro, tendo-se enfrentado o problema da natureza da ética anselmiana – a partir da apresentação e análise de diferentes teses e proposição de nossa própria tese (Parte III: Caps. 6 e 7) –, a conclusão que se impõe é que, destoando da tradição medieval marcadamente eudemonista, a ética fortemente teocêntrica de Santo Anselmo de Cantuária é de natureza deontológica. E, de fato, essa é uma conclusão natural e seria reconhecida como procedente por vários intérpretes de sua ética.

Bem entendido, no entanto, não se pode dizer que o Doutor Magnífico elabora uma ética deontológica sem adjetivá-la de mitigada, visto que, mesmo propondo uma ética densamente ancorada no conceito de retidão (*rectitudo*), não propõe um deontologismo estrito, como, e.g., o kantiano, tampouco reacionário ao eudemonismo. Antes pelo contrário, propõe um deontologismo que não conflita com considerações de ordem eudemonista, pois é a elas sensível, e que, até onde se pode ver, concebe inclusive que a busca da beatitude (*beatitudo*) pode vir a ser um bom motivo para se agir com justiça e, assim, conservar a retidão da vontade de um modo autenticamente voluntário e cumprir a finalidade que o criador designou para as criaturas racionais. Dizer, porém, que o deontologismo de Anselmo é mitigado não é uma conclusão natural ou evidente. Ao qualificarmos seu deontologismo de mitigado, podemos suspeitar que alguns intérpretes reagiriam reticamente à nossa tese e podemos inclusive antever uma questão absolutamente legítima e justificada: Como mesmo é possível um deontologismo mitigado? O que devemos notar em Anselmo para também reconhecermos que seu deontologismo exige uma qualificação?

Entendendo e reconhecendo que a tese do deontologismo mitigado não é por si evidente e visando reiterar alguns pontos importantes que foram trabalhados no Cap. 7, concebemos que é justo e oportuno concluir nosso estudo sobre a ética anselmiana provendo algumas evidências capazes de deixar mais claro o que mesmo torna possível que o deontologismo ético do Aostano seja de tipo mitigado. Para tanto, precisamos que o leitor esteja atento ao que se disse ao longo deste trabalho, pois, embora o qualificativo mitigado se deva sobretudo ao fato de que considerações sobre o que nos é cômodo e nos conduz à beatitude estão presentes no ato moral, como se mostrou no Cap. 7, considerações sobre o que dá ocasião para o Doutor Magnífico elaborar seu pensamento ético, feitas principalmente no

Cap. 2, e sobre a relação entre os conceitos de retidão e beatitude, trabalhados nos Caps. 3 e 5, ajudam a entender que não há razão suficiente para vermos em Anselmo a defesa de um deontologismo forte ou estrito, ainda que ele mesmo, ao propor sua doutrina da retidão, demonstre estar preocupado em propor uma ética que confere ao dever um lugar de destaque e que é visivelmente teocêntrica, e não antropocêntrica, pois requer que o homem dirija sua atenção primeiramente a Deus e ao que ele determina como devido, e não a si.

Um bom ponto de partida para provermos uma evidência para o caráter mitigado do deontologismo do Aostano consiste em chamar a atenção para o fato de que Anselmo não propõe uma ética de viés deontológico reacionariamente à tradição eudemonista. Como vimos no Cap. 2, onde apresentamos as principais obras com reflexões éticas, o Doutor Magnífico reflete sobre questões morais em meio ao tratamento de problemas e questões de alcance teológico. Anselmo não é, por assim dizer, um “filósofo moral profissional”, mas um filósofo cristão e um teólogo que precisa refletir sobre questões morais para resolver problemas que emergem da Sagrada Escritura, que por vezes parece dizer coisas desconcertantes e contraditórias, e da própria tradição Patrística. E, por certo, esse é um dado importante, pois mostra que o filósofo cristão e teólogo Anselmo, quando se pronuncia sobre questões morais – e, logo, enquanto “filósofo moral em exercício”, – jamais o faz com a pretensão de superar a tradição eudemonista, pois, de fato, ainda que não assuma as premissas que um bom eudemonista aceitaria, de modo algum vê o eudemonismo como algo que lhe seja problemático e que deva, portanto, ser combatido, pois o que quer mesmo combater são as ambiguidades da linguagem (caso do *DV*), a tese de que a liberdade supõe o poder de pecar (*DLA*), as dúvidas sobre como o homem é livre e escravo ao mesmo tempo (*DLA*) e sobre como nada significa algo (*DCD*), as incertezas sobre a indignidade de Deus fazer-se homem (*CDH*) e tantas outras ambiguidades, dúvidas e problemas de ordem teológica, oriundos da Escritura ou da tradição Patrística, que são alvo de sua sempre detida análise nas obras da Trilogia e no *CDH*.

E um bom exemplo disso encontra-se na explicação do pecado angélico – do *DCD*. Nesse evidente momento de reconhecimento de que moralidade e felicidade não se identificam e de conseqüente adoção de uma patente postura deontológica, o que está em questão para o Arcebispo de Cantuária não é reagir ao eudemonismo, mas explicar um problema de alcance teológico: a queda do Diabo e o lugar de proveniência do mal. Indiscutivelmente, Anselmo tem boas razões para assumir a premissa deontologista de que o bem moral e o bem não-moral não se identificam, pois sem ela não lhe é possível explicar a queda do Diabo, mas não a assume pela mesma razão que um deontologista estrito a

assumiria, dado que não a assume porque pense que qualquer busca do que é cômodo ou benéfico macule irremediavelmente a moralidade ou porque veja problema na busca da beatitude sem mais, mas apenas porque vê problema na busca de uma beatitude errada.

Mas se Anselmo não tem motivos para reagir ao eudemonismo, então não parece haver razão suficiente para pensarmos que seu deontologismo institui-se em contradição ao eudemonismo, tampouco para vermos com estranheza o adjetivo mitigado. De fato, diferentemente de Kant, que propõe seu deontologismo porque vê problemas no eudemonismo, porque quer superá-lo e tendo uma clara agenda de filósofo moral, Anselmo propõe seu deontologismo tendo outra agenda em mente e, logo, sem as preocupações daquele filósofo.

Uma segunda evidência capaz de mostrar o que faz que o deontologismo do Aostano seja de tipo mitigado pode ser encontrada quando olhamos com atenção para a relação entre os conceitos de retidão (*rectitudo*) e beatitude (*beatitudo*), conceitos que foram analisados nos Caps. 3 e 5 deste trabalho.

Embora seja hierárquica e, logo, a retidão sempre prime sobre a beatitude, a relação entre retidão e beatitude estabelece-se fundamentalmente sob a perspectiva de uma harmonia. Mesmo que possam por vezes conflitar, sobretudo quando nos encontramos diante do “aqui e agora da ação”, bem moral e bem não-moral não são para Anselmo bens concorrentes, mas, poderíamos dizer, complementares. A retidão, segundo vimos no Cap. 3, que nada mais é do que o desígnio do criador para as criaturas, ainda que não seja um mero meio para um fim (visto que deve ser buscada por si mesma), só faz sentido em função da beatitude, que, segundo é possível ver a partir do Cap. 5, é o estado de comunhão entre criador e criatura. E isso é bastante interessante e revelador, pois, vista à luz de todo o sistema anselmiano, embora deva ser conservada por ela mesma, a retidão não se justifica por si mesma, mas a partir da beatitude. Não há em Anselmo uma moralidade que se estabelece sob a perspectiva do “império do dever”, mas, antes, sob a perspectiva da beatitude, da comunhão com o criador e da perpetuação da relação de amor com ele.

É verdade que entre buscar a retidão e buscar a beatitude, conforme reiteradamente afirmamos, deve-se sempre buscar a retidão e antepô-la à beatitude, pois: só a busca da retidão reflete bem o preceito evangélico de buscar em primeiro lugar Reino de Deus e sua justiça (Mt 6,33; Lc 12,31); e, enquanto desígnio do criador, não é senão a retidão o fim último da criatura racional e, portanto, aquilo que melhor expressa o amor da criatura pelo criador e todo seu respeito e honra a ele. No entanto, quando vemos tudo isso à parte da perspectiva do “aqui e agora da ação” e consideramos a relação entre retidão e beatitude sob a

perspectiva do sistema anselmiano em sua integridade, desaparece qualquer espécie de conflito ou concorrência entre retidão e beatitude.

O motivo de o criador instituir o cumprimento da retidão como desígnio das criaturas racionais e de, portanto, fazê-las justas e dotá-las com uma vontade invencível e com o poder de não pecar (liberdade) não se justifica porque, na condição de presidente da ordem moral, entenda que é tão-somente em querer o que se deve que está o fundamento da moralidade. O ponto aqui é outro. O criador institui o cumprimento da retidão como desígnio porque vê na retidão um modo de as criaturas terem ser e realidade quando não mais estão em sua razão e, o que é mais importante, porque vê a retidão como algo que viabiliza a continuação da relação de amor entre ele e as criaturas, mesmo quando estas não estão mais em sua inteligência incriada, e que garante a perpetuação dessa relação de amor numa existência sem fim, suficiente e absolutamente livre de males, moléstias e carências. Ou seja, institui a retidão não porque pense que o dever salva a moralidade, mas porque pensa que a beatitude passa pela moralidade e porque quer fazer bem-aventurada a criatura racional. Por tudo isso, a retidão justifica-se na base da beatitude e não concorre com esta, mas, antes, com esta harmoniza-se. Bem entendido, porém, não concorre com a beatitude eterna, que está prometida aos justos e que é a beatitude correta. Com formas de beatitude moralmente indiferentes, o mesmo não ocorre.

Mas se do ponto de vista do sistema anselmiano não há qualquer tipo de tensão entre retidão e beatitude, mas harmonia e até certa complementaridade, isso é mais um bom motivo para dizermos que o deontologismo anselmiano não se institui como um rival do eudemonismo, bem como que apresenta características que permitem qualificá-lo de mitigado.

Finalmente, uma terceira evidência capaz de mostrar o que torna o deontologismo anselmiano mitigado encontra-se no tratamento do conceito de vontade (*voluntas*), conceito que foi apresentado no Cap. 4 e retomado várias vezes não só por ocasião da exposição das teses dos diferentes intérpretes, no Cap. 6, mas também por ocasião da apresentação de nossa interpretação, no Cap. 7.

Embora vários comentadores recorram à teoria das inclinações (*aptitudines*) ou afecções (*affectiones*) da vontade para fundamentar suas interpretações deontologistas, não podemos nos enganar e pensar que essa teoria sugira um deontologismo forte e estrito da parte do Doutor Magnífico. Inegavelmente, a teoria das duas vontades é o melhor lugar para vermos que a ética anselmiana é deontológica, uma vez que, ao estabelecer uma hierarquia entre as afecções/inclinações da vontade, essa teoria deixa claro não só que Anselmo

distingue bem moral de bem não-moral mas também que ele admite o primado do justo sobre o bem e que reconhece que agir com retidão pode ser prejudicial ao agente moral. E o principal motivo de adotarmos uma interpretação na linha deontologista é totalmente devedor dessa teoria e, devemos reconhecer, é também devedor do fato de estarmos convencidos pelos arrazoados dos intérpretes que veem nessa teoria o traço mais evidente do deontologismo anselmiano.

Contudo, a teoria das duas afecções da vontade não pode ser superestimada. Ela revela o inequívoco deontologismo do Aostano, mas não fecha a porta para considerações eudemonistas sobre a busca de coisas que nos são benéficas e sobre a busca da própria beatitude, pois, de fato, Anselmo diz muitas coisas sobre a afecção pelo cômodo (*affectio comoditatis*) – ou vontade de beatitude (*voluntas beatitudinis*) – e sobre sua relação com a afecção pela retidão (*affectio rectitudinis*) – ou vontade de justiça (*voluntas iustitiae*) – que, se levadas a sério, nos levam a reconhecer: que praticar a justiça não exclui realizar coisas que nos são cômodas ou benéficas; que é possível buscar a beatitude dentro dos limites da justiça; e que é possível conservar a retidão motivado pela recompensa da beatitude eterna.

Com efeito, se atentamos para o fato de que a afecção pelo cômodo não é uma vontade perversa ou inimiga da moralidade, mas um dom do criador que permite à criatura racional tornar-se bem-aventurada, já que não poderia sê-lo se não o quisesse, bem como para afirmações que dizem que todos querem a justiça, e, é claro, inclusive os justos, e que é possível se ter uma justa vontade de beatitude (*iusta voluntas beatitudinis*) e haver uma beatitude com justiça (*beatitudo cum iustitia*), então é realmente difícil negar que considerações sobre o que nos é benéfico e nos leva à beatitude estejam ausentes do ato de conservação da retidão da vontade.

Mas se considerações como essas não podem ser negadas, então, devemos repetir, não parece haver razão suficiente nem para se dizer que o deontologismo anselmiano é forte, nem para se estranhar o adjetivo mitigado. De fato, foram essas considerações as que mais pesaram para optarmos pela defesa de um tipo mitigado de deontologismo em Anselmo, pois são justamente essas considerações que, em maior medida, nos permitem ver a proximidade entre retidão e beatitude do ponto de vista do “aqui e agora das ações” (e não mais só do ponto de vista do sistema) e que nos proporcionam compreender como é possível o deontologismo mitigado.

Dito de modo muito breve, o deontologismo que propomos torna-se possível na medida em que reconhece que não necessariamente há sempre conflito entre as duas afecções

da vontade e que, logo, um mesmo ato da vontade pode conservar a retidão e ocorrer em vista da beatitude.

Fundamentalmente, o deontologismo mitigado torna-se possível a partir da adoção de uma premissa eudemonista que, até onde se pode ver, é assumida por Anselmo, visto que ele afirma claramente que inclusive os justos querem a beatitude (e não só os maus e injustos) e que é possível haver uma *beatitudo cum iustitia* e se ter uma *iusta voluntas beatitudinis*, o que prova a compossibilidade de se buscar a justiça e a beatitude num mesmo ato da vontade. Mas também, e por causa disso, o deontologismo mitigado torna-se possível a partir da rejeição da ideia, sustentada por defensores de um deontologismo forte, de que a conservação da retidão exclui toda e qualquer motivação diferente do puro querer pela retidão e, logo, exclui inclusive o motivo bem intencionado de se obter a beatitude eterna, pois essa ideia torna ininteligíveis as afirmações mencionadas acima (de que os justos querem a beatitude...), dado que supõe que as afecções da vontade ocorrem ao modo de uma disjunção exclusiva nas volições (querer a retidão significa não querer a beatitude; querer a beatitude significa não querer a retidão), o que absolutamente não é o caso.

Trocando em miúdos, o que notamos em Anselmo para dizer que seu deontologismo ético é mitigado é o fato de que ele não pensa que a escolha moral correta consiste em querer o justo contra o benéfico e que a escolha moral incorreta consiste em querer o benéfico contra o justo. Por vezes, quando estamos diante de circunstâncias dramáticas, nossas escolhas morais ocorrem desse modo exclusivo e, nesses casos, é moralmente correto sacrificar nosso bem-estar em prol da justiça. Felizmente, no entanto, não necessariamente nossas escolhas ocorrem sempre desse modo exclusivo, visto que Anselmo não nos dá qualquer indício da impossibilidade de se buscar o bem moral e o bem não-moral num mesmo ato da vontade.

De fato, em muitos momentos podemos buscar o que é cômodo ou benéfico dentro dos limites da justiça, podemos perseguir a beatitude e podemos inclusive conservar a retidão motivados pelo desejo de um dia obter o prêmio da justiça que é a beatitude eterna, pois se um mesmo ato da vontade pode ser produto da confluência das duas afecções da vontade, então não pode ser excluída a possibilidade de que a conservação da retidão ocorra quando alguém está motivado pelo desejo de um dia alcançar a beatitude eterna, dado que quem está assim motivado conserva a retidão de um modo autenticamente voluntário e, logo, por si mesma, já que quem está motivado a obter o prêmio da justiça não pode querer o que não satisfaz as exigências da justiça.

Destarte, é porque não é insensível ao desejo que as criaturas racionais têm de beatitude, porque vê esse desejo como legítimo e, portanto, porque admite elementos

eudemonistas em meio ao seu pensamento ético que Anselmo deve ser reconhecido como propositor um deontologismo mitigado.

Inegavelmente, Anselmo se recusou a fundamentar sua ética em alguma noção de felicidade ou beatitude e, assim, assumiu a Tese deontologista 1 – pois quis construir uma ética radicalmente teocêntrica (não antropocêntrica) e, portanto, essencialmente ancorada na retidão, que é sinal do amor que a criatura tem pelo criador – e concebeu que, por vezes, devemos abrir mão do que nos é cômodo em favor da justiça, assumindo, desse modo, a Tese deontologista 2 – pois esta (a justiça) é sempre incomparavelmente mais valiosa do que qualquer coisa cômoda. Nem por isso, no entanto, deixou de reconhecer um papel positivo à beatitude em seu pensamento moral, pois não fez pouco caso dela, mas, antes, a valorizou – o que, infelizmente, ainda é pouco mostrado pelos intérpretes –, visto que não subestimou a capacidade de o desejo de ganhar o céu motivar os homens à justiça e às boas obras. E, com isso, rejeitou a Tese 3, pois, ao reconhecer motivações diferentes da retidão como morais, permitiu que considerações sobre a beatitude tivessem espaço no discurso moral e proporcionou que elementos eudemonistas fossem combinados com seu deontologismo, o qual, até onde podemos ver, parece poder ser apropriadamente qualificado de mitigado.

Aparentemente, sobretudo se olhamos para o que é dito no cap. 12 do *DV*, Anselmo sustenta uma espécie de purismo motivacional e, por consequência, também um deontologismo que parece antecipar em sete séculos o vigoroso deontologismo kantiano. Contudo, não se pode perder de vista que o problema em questão no cap. 12 do *DV* é bem diverso do que está em questão para Kant quando este exclui os móveis diferentes do puro dever dos móveis morais, nem se pode esquecer que a obra de Anselmo é bem maior do que o cap. 12 do *DV* e frustra as pretensões de comparações apressadas com Kant, pois, vista na íntegra, sua obra o revela como deontologista não porque exclua quaisquer considerações sobre a beatitude do discurso moral, mas tão-somente porque subordina essas considerações que versam sobre o bem não-moral às considerações atinentes ao bem moral e, logo, porque prescreve que estas considerações têm sempre precedência sobre aquelas. E, de fato, mais elementos deontologistas do que esses, não são encontrados no rico pensamento ético anselmiano.

Com efeito, Santo Anselmo de Cantuária afasta-se do eudemonismo ético reinante no Medievo, mas não ao ponto de legar à tradição filosófica um deontologismo ético forte. Embora não fundamente sua ética no conceito de beatitude e, logo, evite a via do eudemonismo, Anselmo não é indiferente à ideia de beatitude, tampouco considera sua busca como algo por si imoral. Sua ética admite considerações eudemonistas, sobretudo se elas

disserem respeito ao desejo de se obter um dia a beatitude eterna e se entrar definitivamente em comunhão com o Deus. Trata-se, portanto, de uma ética inovadora, mas nem por isso revolucionária. É inovadora na medida em que se apresenta como radicalmente teocêntrica, pois destoa do antropocentrismo característico dos modelos éticos de viés eudemonista. Contudo, não pode ser considerada revolucionária, pois não chega a romper em definitivo com o eudemonismo ético. Não ser revolucionária é algo, porém, que está longe de ser um defeito. Antes, isso é uma virtude, pois revela a genialidade do monge que, combinando retidão e beatitude, quis colocar Deus no centro de sua ética, mas sem deixar de lado o homem.

BIBLIOGRAFIA

EDIÇÕES LATINAS DAS OBRAS DE ANSELMO

SCHMITT, Franciscus Salesius (Ed.). *S. Anselmi Cantuariensis Archiepiscopi. Opera Omnia*. Edinburgi: Thomam Nelson et Filios, 1946-1961. 6 v. (Os v. 1-2 dessa edição de Schmitt foram originalmente publicados, respectivamente: em Seckau, 1938; e em Roma, 1940. Os seis volumes dessa edição foram republicados, em dois volumes, por Frommann-Holzboog, em Stuttgart-Bad Cannstatt, 1968)

SCHMITT, Franz Sales (Ed.). Ein neues unvollendetes Werk des Hl. Anselm von Canterbury. *Beiträge zur Geschichte der Philosophie und Theologie des Mittelalters*, Münster, v. 33, n. 3, pp. 23-45, 1936.

SOUTHERN, Richard William; SCHMITT, Franz Sales (Eds.). *Memorials of St. Anselm*. Oxford: OUP, 1969. (Auctores Britannici Medii Aevi, 1)

MIGNE, Jacques-Paul (Ed.). S. Anselmus, Cantuariensis Archiepiscopus. Opera Omnia. In: *Patrologiae Cursus Completus. Series Latina*. Parisiis, 1864. v. 158-159. (Essa edição de Migne reproduz a edição de Gabriel Gerberon, publicada originalmente em Paris, 1675)

TRADUÇÕES EM LÍNGUAS MODERNAS DAS OBRAS DE ANSELMO

BIFFI, Inos; GRANATA, Aldo; MARABELLI, Costante; RISERBATO, Davide. *Anselmo d'Aosta. Nel ricordo dei discepoli: parabole detti, miracoli*. Milano: Jaca Book, 2008. (Biblioteca di Cultura Medievale)

CASTAÑEDA, Felipe. *Anselmo de Canterbury. Fragmentos sobre filosofía del lenguaje*. Bogotá: UNIANDES, 2000.

_____. *Anselmo de Canterbury. Tratado sobre la caída del Demonio*. Bogotá: UNIANDES, 2005.

_____. *Anselmo de Canterbury. Tratado sobre la Libertad del Albedrío*. Bogotá: UNIANDES, 2007.

CORBIN, Michel. *Anselme de Cantorbéry. L'Œuvre de S. Anselme de Cantorbéry*. Paris: Cerf, 1986ss.

COSTA, Daniel. *Anselmo de Cantuária. Por que Deus se fez homem?* São Paulo: Novo Século, 2003.

_____. *Anselmo de Cantuária. Sobre a concordância da presciência, da predestinação e da graça divina com o livre arbítrio*. São Paulo: Fonte Editorial, 2006.

DAVIES, Brian; EVANS, Gillian R. *Anselm of Canterbury. The Major Works*. Oxford: OUP, 1998.

ELIA, Giacobbe; MARCHETTI, Giancarlo. *Anselmo d'Aosta. La caduta del diavolo*. Milano: Bompiani, 2006.

HOPKINS, Jasper; RICHARDSON, Herbert. *Anselm of Canterbury. Complete Philosophical and Theological Treatises*. Minneapolis: Arthur J. Banning Press, 2000.

_____. *Anselm of Canterbury. Truth, Freedom, and Evil: Three Philosophical Dialogues*. New York: Harper Torchbooks, 1967.

MACEDO, José Maria Costa. *Sto. Anselmo. Proslogion, seguido do Livro em favor de um Insensato, de Gaunilo, e do Livro Apologético*. Porto: Porto, 1996.

OLIVARES, Ildelfonso; ALAMEDA, Julián. *San Anselmo. Obras Completas*. Madrid: BAC, 1952-1953. 2 v.

PALMERI, Pietro. *Anselmo d'Aosta. La verità*. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2006.

RICCI, Angelo; NUNES, Rui Afonso da Costa. *Santo Anselmo de Cantuária. Monólogo. Proslógio. A Verdade. O Gramático*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ROQUES, René. *Anselme de Cantorbéry. Pourquoi Dieu s'est fait homme*. Paris: Cerf, 1963. (Sources Chrétiennes, 91)

ROVIGHI, Sofia Vanni. *Anselmo d'Aosta. Opere Filosofiche*. Laterza: Bari, 2008.

SCIUTO, Italo. *Anselmo d'Aosta. Libertà e Arbitrio*. Firenze: Nardini, 1992.

SILVA, Paula Oliveira e. *Anselmo de Cantuária. Diálogos filosóficos*. Porto: Afrontamento, 2012.

WILLIAMS, Thomas. *Anselm. Three Philosophical Dialogues: On Truth, On Freedom of Choice, and On the Fall of the Devil*. Indianapolis: Hackett Publishing, 2002.

OBRAS DE OUTROS FILÓSOFOS E BÍBLIA

ARISTOTLE. *The Works of Aristotle*. Translated into English under the Editorship of W. D. Ross and J. A. Smith. Oxford: Clarendon Press, 1908-1952. 12 v.

Biblia Sacra juxta Vulgatam Clementinam. Editio Electronica. Londini, 2005.

Bibliorum Sacrorum Latinae Versiones Antiquae seu Vetus Italica. Remis: Apud Reginaldum Florentain Regis Typographum & Bibliopolam sub signo Bibliorum aureorum, 1743-1749. 3 t.

BOÉCIO. *A Consolação da Filosofia*. Pref. M. Fumaroli. Trad. W. Li. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

GREGOIRE LE GRAND. *Morales sur Job. Première Partie: Livres I et II*. Introduction et notes de Dom Robert Gillet. Traduction de Dom André de Gaudemaris. 2. ed. Paris: Cerf, 1975. (Sources Chrétiennes, 32)

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Trad. Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes: 2002.

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MIGNE, Jacques-Paul. (Ed.). *Patrologiae Cursus Completus. Series Latina*. Parisiis, 1841-1864. 221 v.

SANTO AGOSTINHO. *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*. Trad. Paula Oliveira e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2001.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Suma de Teología*. Edición dirigida por los Regentes de Estudios de las Provincias Dominicanas en España. Madrid: BAC, 2001. 5 v.

ARTIGOS, ENSAIOS, CAPÍTULOS DE LIVRO E OBRAS DE REFERÊNCIA

ALBANESI, Nicola. *Cur Deus Homo: La Logica della Redenzione. Studio sulla Teoria della Soddisfazione di S. Anselmo Arcivescovo di Canterbury*. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 2002.

AUDET, Thomas-André. Problématique et structure du Cur Deus Homo. *Études d'histoire littéraire et doctrinale. 4e série*. Paris: Vrin, 1968. pp. 7-115.

BOUVIER, Michel. La pensée du révérend Père Thomas-André Audet, O. P., sur la Théologie du Cur Deus Homo de Saint Anselme. In: AA. VV. *Spicilegium Beccense I*. Paris: CNRS; Vrin, 1959. pp. 313-325.

BARRAJÓN, Pedro. La dottrina del peccato originale nel De Conceptu Virginalli et de Originali Peccato di Sant'Anselmo. In: PANDOLFI, Carmelo; VILLAGRASA, Jesús (Eds.). *Sant'Anselmo d'Aosta "Doctor Magnificus"*. Roma: APRA; Morolo: IFPress, 2011. pp. 269-289.

BIFFI, Inos. *Anselmo d'Aosta e dintorni: Lanfranco, Guitmondo, Urbano II*. Milano: Jaca Book, 2007. (Biblioteca di Cultura Medievale)

_____. *Giovanni di Salisbury. Anselmo e Becket: due vite*. Milano: Jaca Book, 1990. (Biblioteca di Cultura Medievale)

_____. *Protagonisti del Medioevo: Anselmo e Lanfranco, Urbano II, Suger, Pietro il Venerabile, Tommaso Becket*. Milano: Jaca Book, 1996. (Biblioteca di Cultura Medievale)

_____. La psicologia della vita religiosa e il suo immaginario nel De humanis moribus (De similitudinibus) di Sant'Anselmo. In: BIFFI, Inos. *Protagonisti del Medioevo: Anselmo e Lanfranco, Urbano II, Suger, Pietro il Venerabile, Tommaso Becket*. Milano: Jaca Book, 1996. pp. 293-299. (Biblioteca di Cultura Medievale) – Artigo republicado em: BIFFI, Inos. *Anselmo d'Aosta e dintorni: Lanfranco, Guitmondo, Urbano II*. Milano: Jaca Book, 2007. pp. 285-292; BIFFI, Inos; GRANATA, Aldo; MARABELLI, Costante; RISERBATO, Davide.

Anselmo d'Aosta. Nel ricordo dei discepoli: parabole detti, miracoli. Milano: Jaca Book, 2008. pp. 725-731 (Biblioteca di Cultura Medievale).

BRIANCESCO, Eduardo. *Un triptyque sur la liberté: la doctrine morale de saint Anselme.* Paris: Desclée de Brouwer, 1982.

_____. ¿Cómo interpretar la moral de San Anselmo? *Crítica: Revista Latinoamericana de Filosofía*, v. 4, n. 2, pp. 119-140, 1978.

_____. Justicia y verdad en San Anselmo: el capítulo 12 del *De Veritate*. *Patristica et Mediaevalia*, v. 2, pp. 5-20, 1981.

_____. Lenguaje y misterio en Anselmo de Canterbury. *Patristica et Mediaevalia*, v. 10, pp. 57-64, 1989.

_____. Lenguaje hipostático y satisfacción redentora en San Anselmo. *Patristica et Mediaevalia*, v. 12, pp. 33-51, 1991.

_____. Sentido y vigencia de la Cristología de San Anselmo. Ensayo de lectura estructural de *Cur Deus Homo*, 1ª Parte. *Stromata*, v. 37, nn. 1-2, pp. 3-18, 1981.

_____. Sentido y vigencia de la Cristología de San Anselmo. Ensayo de lectura estructural de *Cur Deus Homo*, 2ª Parte. *Stromata*, v. 38, pp. 283-315, 1982.

_____. ¿Renacimiento de San Anselmo?: La nueva edición de su "Obra Completa". *Stromata*, v. 44, nn. 1-2, pp. 201-231, 1988.

_____. Dos notas sobre Anselmo de Canterbury. *Teología*, n. 35, pp. 49-60, 1980.

BROUWER, Christian. Imagination des corps et intellection de la raison chez Anselme de Canterbury. In: MEIRINHOS, José; PACHECO, Maria Cândida (Eds). *Intellect et imagination dans la Philosophie Médiévale*. Turnhout: Brepols, 2006. v. 2. pp. 857-865 (Rencontres de Philosophie Médiévale, 11).

BROWER, Jeffrey. Anselm on Ethics. In: DAVIES, Brian; LEFTOW, Brian (Eds.). *The Cambridge Companion to Anselm*. Cambridge: CUP, 2004. pp. 222-256.

CARPIN, Attilio. *La Redenzione in Origene, S. Anselmo e S. Tommaso*. Bologna: Edizioni Studio Domenicano, 2000.

COLOMBO, Giuseppe. *Invito al Pensiero di Sant'Anselmo*. Milano: Mursia, 1990.

CORBIN, Michel. *La grâce de la liberté*. Paris: Cerf, 2012.

_____. *Prière et raison de la foi: Introduction a l'œuvre de S. Anselme de Cantorbéry*. Paris: Cerf, 1992.

CORTI, Enrique. Verdad y Libertad: lectura del *De Veritate* de Anselmo de Canterbury. *Stromata*, v. 39, nn. 3-4, pp. 351-363, 1983.

DELHAYE, Philippe. Quelques aspects de la morale de Saint Anselme. In: AA. VV. *Spicilegium Beccense I*. Paris: CNRS; Vrin, 1959. pp. 401-422.

DESFARGES, A. L'amicizia monastica come comunione pedagogica in Sant'Anselmo. In: BIFFI, Inos; MARABELLI, Costante; MALASPINA, Stefano (Eds.). *Anselmo d'Aosta Educatore Europeo*. Milano: Jaca Book, 2003. pp. 231-247. (Biblioteca di Cultura Medievale)

ELIA, Giacobbe; MARCHETTI, Giancarlo. Introduzione. In: _____. *Anselmo d'Aosta. La caduta del diavolo*. Milano: Bompiani, 2006. pp. 7-37.

EVANS, Gillian R. *Anselm and talking about God*. Oxford: OUP, 1978.

_____. Anselm's life, works, and immediate influence. In: DAVIES, Brian; LEFTOW, Brian (Eds.). *The Cambridge Companion to Anselm*. Cambridge: CUP, 2004. pp. 5-31.

CASTAÑEDA, Felipe. Anselmo de Canterbury y el Argumento Ontológico de la existencia del demonio." *Ideas y Valores*, n. 105, pp. 62-77, 1997.

_____. ¿Cómo pensar la libertad hacia finales del siglo XI? El caso de Anselmo de Canterbury. *Historia Crítica*, n. 18, pp. 101-117, 1999.

_____. El Tratado sobre la caída del Demonio o el problema del origen y de la concepción del mal en Anselmo de Canterbury. In: _____. *Anselmo de Canterbury. Tratado sobre la caída del Demonio*. Bogotá: UNIANDES, 2005. p. 1-133.

_____. Introducción a la filosofía del lenguaje en Anselmo de Canterbury. In: _____. *Anselmo de Canterbury. Fragmentos sobre filosofía del lenguaje*. Bogotá: UNIANDES, 2000. pp. 13-152.

_____. La libertad condicionada: un análisis del De Libertate Arbitrii de Anselmo de Canterbury. In: _____. *Anselmo de Canterbury. Tratado sobre la Libertad del Albedrío*. Bogotá: UNIANDES, 2007. pp. 31-98.

CATALANI, Luigi. Variazioni sul tema della beatitudo fra i testimoni delle dottrine non-scritte di Anselmo d'Aosta. In: BETTETINI, Maria; PAPARELLA, Francesco (Eds.). *Le Felicità nel Medioevo*. Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2005. pp. 217-239 (Textes et Études du Moyen Âge, 31).

CULLETON, Alfredo Santiago. Punishment and Human Dignity in the Cur Deus Homo by Anselm of Canterbury (1033-1109). In: PICH, Roberto H. (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Porto: FIDEM, 2011. pp. 143-151 (Textes et Études du Moyen Âge, 60).

DE BONI, Luis Alberto. Saint Anselm and Duns Scotus. In: PICH, Roberto H. (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Porto: FIDEM, 2011. pp. 169-196 (Textes et Études du Moyen Âge, 60).

FARRELL, Dominic. La Metaetica di sant'Anselmo. In: PANDOLFI, Carmelo; VILLAGRASA, Jesús (Eds.). *Sant'Anselmo d'Aosta "Doctor Magnificus"*. Roma: APRA; Morolo: IFPress, 2011. pp. 237-267.

GIBSON, M. *Lanfranco: da Pavia al Bec a Canterbury*. Trad. Pierluigi Fiorini. Milano: Jaca Book, 1989.

GILBERT, Paul. *Anselmo d'Aosta*. Milano: San Paolo, 2001.

_____. *Dire l'ineffable: lecture du Monologion de S. Anselme*. Paris: Lethielleux, 1984.

_____. *Le Proslogion de S. Anselme*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1990.

GRACIA, Jorge; SANFORD, Jonathan. La razón y la felicidad según Anselmo de Canterbury. In: BERTELLONI, Francisco; BURLANDO, Giannina. (Eds.). *La Filosofía Medieval*. Madrid: Editorial Trotta, 2002. pp. 82-85.

_____. Ratio quaerens beatitudinem: Anselm on Rationality and Happiness. In: GRACIA, Jorge; YU, Jiyuan (Eds.). *Rationality and Happiness: From the Ancients to the Early Medievals*. Rochester: University of Rochester Press, 2003. pp. 199-215.

GOEBEL, Bernd. A Idade Média latina até a fundação das universidades: amor a Deus, felicidade e caridade. In: CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (Eds.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. Trad. Alessandro Zir. São Leopoldo: UNISINOS, 2006. pp. 161-169.

HOPKINS, Jasper. *A Companion to the Study of St. Anselm*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

_____. Anselm of Canterbury. In: GRACIA, Jorge; NOONE, Timothy (Eds.). *A Companion to Philosophy in the Middle Ages*. Malden: Blackwell Publishing, 2002. pp. 138-151.

_____. Anselm of Canterbury. In: CRAIG, Edward (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 1998. pp. 283-297. v. 1

HOPKINS, Jasper; RICHARDSON, Herbert. Editors' Introduction. In: _____. *Anselm of Canterbury. Truth, Freedom, and Evil: Three Philosophical Dialogues*. New York: Harper Torchbooks, 1967. pp. 10-85.

KANE, G. Stanley. *Anselm's Doctrine of Freedom and the Will*. New York: Edwin Mellen Press, 1981. (*Texts and Studies in Religion*, n. 10)

KENT, Bonnie. The moral life. In: McGRADE, A. S. (Ed.). *The Cambridge Companion to Medieval Philosophy*. Cambridge: CUP, 2003. pp. 231-253.

KING, Peter. Scotus's rejection of Anselm: The Two Wills Theory. In: HONNEFELDER, Ludger et al. (Eds.). *Johannes Duns Scotus: Die philosophischen Perspektiven seines Werkes / Investigations into his Philosophy. Proceedings of "The Quadruple Congress" on John Duns Scotus, part 3*. Münster: Aschendorff; St. Bonaventure: Franciscan Institute Publications, 2010. pp. 359-378.

MACEDO, José Maria Costa. *Anselmo e a astúcia da razão*. Porto Alegre: EST, 2009.

_____. Trazos de una Antropología Anselmiana. In: PICH, Roberto H. (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Porto: FIDEM, 2011. p. 119-142 (Textes et Études du Moyen Âge, 60).

MAGNAVACCA, Silvia. Anselm of Aosta and Augustine's Attitude to Philosophical Reflection. In: PICH, Roberto H. (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Porto: FIDEM, 2011. p. 25-36 (Textes et Études du Moyen Âge, 60).

MARABELLI, Costante. Imago e ragione teologica nel De beatitudine perennis vitae. In: _____. *Medievali & Medievisti*. Milano: Jaca Book, 2000. pp. 45-57. (Biblioteca di Cultura Medievale) – Artigo publicado originariamente em: ZUMR, Josef; HEROLD, Vilém. (Eds.). *The European Dimension of St. Anselm's Thinking*. Prague: Institute of Philosophy; Academy of Sciences of the Czech Republic, 1993. pp. 77-94.

_____. Anselmo educatore dei costumi attraverso il linguaggio parabolico. In: BIFFI, Inos; MARABELLI, Costante; MALASPINA, Stefano (Eds.). *Anselmo d'Aosta Educatore Europeo*. Milano: Jaca Book, 2003. pp. 203-229. (Biblioteca di Cultura Medievale) – Artigo republicado em: BIFFI, Inos; GRANATA, Aldo; MARABELLI, Costante; RISERBATO, Davide. *Anselmo d'Aosta. Nel ricordo dei discepoli: Parabole, detti, miracoli*. Milano: Jaca Book, 2008. pp.733-755 (Biblioteca di Cultura Medievale).

_____. I comportamenti umani mediante similitudini: Introduzione. In: BIFFI, Inos; GRANATA, Aldo; MARABELLI, Costante; RISERBATO, Davide. *Anselmo d'Aosta. Nel ricordo dei discepoli: Parabole, detti, miracoli*. Milano: Jaca Book, 2008. pp. 2-11 (Biblioteca di Cultura Medievale).

_____. La beatitudine della vita senza fine dalle parole del Beato Anselmo: Introduzione. In: BIFFI, Inos; GRANATA, Aldo; MARABELLI, Costante; RISERBATO, Davide. *Anselmo d'Aosta. Nel ricordo dei discepoli: Parabole, detti, miracoli*. Milano: Jaca Book, 2008. pp. 481-485 (Biblioteca di Cultura Medievale).

MARIGLIANO, Enzo. *Anselmo d'Aosta: La vicenda umana di un grande monaco del Medioevo*. Milano: Ancora, 2003.

MARTINES, Paulo Ricardo. *A Liberdade em Anselmo de Cantuária*. 2000. 192 ff. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. A noção de liberdade em Anselmo de Cantuária. In: DE BONI, Luis Alberto (Ed.). *Idade Média: Ética e Política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. pp. 105-115.

_____. A racionalidade da fé no Proslogion de Santo Anselmo. *Philosophica*, n. 34, pp. 37-56, 2009.

_____. As meditações de Anselmo de Cantuária. *Perspectiva Filosófica*, v. 1, n. 35, pp. 107-124, 2011.

_____. Livre-arbítrio e predestinação divina em Anselmo de Cantuária. *Veritas*, v. 48, n. 3, pp. 391-396, 2003.

_____. Liberdade e graça em S. Anselmo. *Dissertatio*, n. 22, pp. 17-38, 2005.

_____. *O argumento único do Proslogion de Anselmo de Cantuária*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

_____. Vontade e beatitude em S. Anselmo. In: BURLANDO, Giannina (Ed.). *De las pasiones en la Filosofía Medieval*. Turnhout: Brepols, 2009. pp. 97-107 (Rencontres de Philosophie Médiévale, hors série).

MARTINS, Maria Manuela Brito. A prova da existência de Deus em Santo Agostinho (De Libero Arbitrio) e em Santo Anselmo (Proslogion). *Philosophica*, n. 34, pp. 75-91, 2009.

MATTHEWS, Gareth. Anselm, Augustine and Platonism. In: DAVIES, Brian; LEFTOW, Brian (Eds.). *The Cambridge Companion to Anselm*. Cambridge: CUP, 2004. pp. 61-83.

McEVOI, James. Ultimate goods: happiness, friendship, and bliss. In: McGRADE, A. S. (Ed.). *The Cambridge Companion to Medieval Philosophy*. Cambridge: CUP, 2003. pp. 254-275.

MEIRINHOS, José. Intellectio e Cogitatio no debate entre Gaunilo e Anselmo sobre o argumento único. *Philosophica*, n. 34, pp. 23-35, 2009.

MOTTA, Alfonso Correa. Las acciones libres de Aristóteles y Anselmo. In: CASTAÑEDA, Felipe. *Anselmo de Canterbury. Tratado sobre la Libertad del Albedrío*. Bogotá: UNIANDES, 2007. pp. 155-176.

MÜLLER, Paola. Gaudium plenum et plus quam plenum: Anselmo d'Aosta e la tensione alla gioia all'interno del Proslogion. In: BETTETINI, Maria; PAPARELLA, Francesco (Eds.). *Le Felicità nel Medioevo*. Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2005. pp. 204-216 (Textes et Études du Moyen Âge, 31).

NARDIN, Roberto. *Il Cur Deus Homo di Anselmo d'Aosta: indagine storico-ermeneutica e orizzonte tri-prospettico di una cristologia*. Roma: Lateran University Press, 2002.

_____. Metafisica e Rivelazione in Sant'Anselmo. *Pontificia Academia Theologiae*, v. 5, n. 2, pp. 341-363, 2006.

NÉDONCELLE, Maurice. La notion de personne dans l'œuvre de Saint Anselme. In: AA. VV. *Spicilegium Beccense I*. Paris: CNRS; Vrin, 1959. pp. 31-43.

ORAZZO, Antonio. *Analogia Libertatis: la Libertà tra metafisica e storia in Sant'Anselmo*. Milano: San Paolo, 2003.

PACHECO, Maria Cândida. Raison et mystique: quelques propos à partir du Proslogion anselmien. In: MEIRINHOS, José; WEIJERS, Olga (Eds.). *Florilegium Mediaevale*. Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2009. pp. 439-450 (Textes et Études du Moyen Âge, 50).

PALMERI, Pietro. *Voluntas e rectitudo nella riflessione etico-filosofica di Anselmo d'Aosta*. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2009.

_____. Filosofía e Rectitudo. In: _____. *Anselmo d'Aosta. La verità*. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2006. pp. 3-49.

PARRA, Jaime Barrera. La caída del demonio de Agustín a Anselmo. In: CASTAÑEDA, Felipe. *Anselmo de Canterbury. Tratado sobre la Caída del Demonio*. Bogotá: UNIANDES, 2005. pp. 243-268.

_____. La concordia entre la libertad y la gracia en Anselmo de Canterbury. In: CASTAÑEDA, Felipe. *Anselmo de Canterbury. Tratado sobre la Libertad del Albedrío*. Bogotá: UNIANDES, 2007. pp. 259-300.

PICH, Roberto H. Anselmo de Cantuária sobre a verdade do pensamento. *Dissertatio*, n. 30, pp. 93-133, 2009.

_____. Anselm's "idea" and Anselm's argument. In: _____ (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Porto: FIDEM, 2011. pp. 73-110.

POUCHET, Robert. *La rectitudo chez Saint Anselme: un itinéraire augustinien de l'ame à Dieu*. Paris: Études Augustiniennes, 1964.

_____. Saint Anselme lecteur de Saint Jean. In: AA. VV. *Spicilegium Beccense II*. Paris: CNRS, 1984. pp. 457-468.

QUILLET, Jeannine. Volonté et Liberté dans le De Libertate Arbitrii de S. Anselme de Cantorbéry. In: LUSCOMBE, David E.; EVANS, Gillian R. (Eds.). *Anselm: Aosta, Bec and Canterbury*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1996. pp. 247-255.

ROGERS, Katherin. *Anselm on Freedom*. Oxford: OUP, 2008.

_____. Anselm on Eudaemonism and the hierarchical structure of moral choice. *Religious Studies*, v. 41, n. 03, pp. 249-268, 2005.

_____. Anselm on Forgiveness, Patience, and Free Will. *The Saint Anselm Journal*, v. 6, n. 2, pp. 9-15, 2009.

_____. Anselm on Free Will and the (Possibly Fortunate) Fall. *The Saint Anselm Journal*, v. 5, n. 2, pp. 1-8, 2008.

_____. Anselm on God's Perfect Freedom. *The Saint Anselm Journal*, v. 1, n. 1, pp. 1-8, 2003.

_____. Anselm on Grace and Free Will. *The Saint Anselm Journal*, v. 2, n. 2, pp. 66-72, 2005.

_____. Anselm on the Character Creation Theory of Punishment. *The Saint Anselm Journal*, v. 4, n. 2, pp. 1-8, 2007.

_____. *The Neoplatonic Metaphysics and Epistemology of Anselm of Canterbury*. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 1997.

ROHMER, Jean. *La finalité morale chez les théologiens: de Saint Augustin à Duns Scot*. Paris: Vrin, 1939. Especialmente cap. "Justice, volonté et liberté chez Saint Anselme"(pp. 139-178).

RONDET, Henri. Grace et péché: l'augustinisme de Saint Anselme. In: AA. VV. *Spicilegium Beccense I*. Paris: CNRS; Vrin, 1959. pp. 155-169.

ROQUES, René. Introduction. In: _____. *Anselme de Cantorbéry. Pourquoi Dieu s'est fait homme*. Paris: Cerf, 1963. pp. 9-192.

ROSA, José M. Silva. Rectitudo e Libertas em De Libertate Arbitrii de Santo Anselmo. *Philosophica*, n. 34, pp. 359-370, 2009.

ROSSI, Osvaldo. *Anselmo d'Aosta: fede e libertà*. Padova: Edizioni Messaggero Padova, 1988.

ROVIGHI, Sofia Vanni. *S. Anselmo e la filosofia del sec. XI*. Milano: Bocca, 1949.

_____. *Introduzione a Anselmo d'Aosta*. Bari: Laterza, 1987.

_____. Introduzione. In: _____. *Anselmo d'Aosta. Opere Filosofiche*. Laterza: Bari, 2008. pp. ix-xxxviii.

_____. *Studi di filosofia medioevale I: da Sant'Agostino al XII secolo*. Milano: Vita e Pensiero, 1978. Especialmente caps. "Libertà e libero arbitrio in Sant'Anselmo d'Aosta" (pp. 45-60) e "L'etica di Sant'Anselmo" (pp. 61-89).

SADLER, Gregory B. Freedom, inclinations of the will, and virtue in Anselm's moral theory. *American Catholic Philosophical Association*, v. 81, pp. 91-108, 2008.

SCIUTO, Italo. Introduzione. In: _____. *Anselmo d'Aosta. Libertà e Arbitrio*. Firenze: Nardini, 1992. pp. 7-34.

_____. *La Felicità e il Male: studi di Etica Medievale*. Milano: Franco Angeli, 1995. Especialmente cap. "La morale di Anselmo d'Aosta: un'anticipazione medievale della morale 'autonoma' di Kant?" (pp. 137-147).

_____. *L'Etica nel Medioevo: Protagonisti e percorsi (V-XIV secolo)*. Torino: Einaudi, 2007. Especialmente cap. "L'impulso dell'XI secolo e Anselmo d'Aosta" (pp. 81-105).

SEQUERI, Pierangelo. L'avvento della libertà secondo Anselmo d'Aosta. In: BIFFI, Inos; MARABELLI, Costante; MALASPINA, Stefano (Eds.). *Anselmo d'Aosta Educatore Europeo*. Milano: Jaca Book, 2003. pp. 117-134.

SILVA, Paula Oliveira e. Introdução. In: _____. *Anselmo de Cantuária. Diálogos filosóficos*. Porto: Afrontamento, 2012. pp. 7-48.

_____. Reminiscências do De Libero Arbitrio de Santo Agostinho no De Veritate de Santo Anselmo. *Philosophica*, n. 34, pp. 103-121, 2009.

SIMÓN, Alfredo. Intelligenza, libertà, amore: note di antropologia anselmiana. In: PANDOLFI, Carmelo; VILLAGRASA, Jesús (Eds.). *Sant'Anselmo d'Aosta "Doctor Magnificus"*. Roma: APRA; Morolo: IFFPress, 2011. p. 213-236.

SCHMITT, Franz Sales. Anselm und der (Neu) Platonismus. In: AA. VV. *Analecta Anselmiana I*. Frankfurt: Minerva, 1969. pp. 39-71

SPINELLI, Miguel. Anselmo de Cantuária: Ontologia e Fundamentação do Agir Humano. *Dissertatio*, nn. 13-14, pp. 169-201, 2001.

_____. O itinerário filosófico de Anselmo de Cantuária. *Revista Portuguesa de Filosofia*, n. 64, pp. 241-273, 2008.

SOUTHERN, Richard William. *Saint Anselm: A Portrait in a Landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

STREFLING, Sérgio. *O argumento ontológico de Santo Anselmo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

SUÁREZ-LLANOS, Jesús de Garay. La libertad en S. Anselmo. *Anuario Filosófico*, v. 20, n. 1, pp. 43-72, 1987.

THONNARD, François-Joseph. Caractères augustiniens de la méthode philosophique de Saint Anselme. In: AA. VV. *Spicilegium Beccense I*. Paris: CNRS; Vrin, 1959. pp. 171-183.

TRACEY, Martin. De casu diaboli and the Deontological Character of Anselm's Moral Thought. In: PICH, Roberto H. (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Porto: FIDEM, 2011. pp. 153-168 (Textes et Études du Moyen Âge, 60).

TREGO, Kristell. *L'essence de la liberté: la refondation de l'éthique dans l'œuvre de saint Anselme de Cantorbéry*. Paris: Vrin, 2010. (Études de Philosophie Médiévale, 95)

VANDERJAGT, Arjo. The Devil and Virtue: Anselm of Canterbury's Universal Order. In: BEJCZY, István; NEWHAUSER, Richard (Eds.). *Virtue and Ethics in the Twelfth Century*. Leiden: Brill, 2005. pp. 33-52.

VASCONCELLOS, Manoel. A alegria na obra de Anselmo de Aosta. In: BURLANDO, Giannina (Ed.). *De las pasiones en la Filosofía Medieval*. Turnhout: Brepols, 2009. pp. 109-116 (Rencontres de Philosophie Médiévale, hors série).

_____. Anselm of Canterbury on Pure Perfections. In: PICH, Roberto H. (Ed.). *New Essays on Metaphysics as "Scientia Transcendens"*. Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2007. pp. 233-248 (Textes et Études du Moyen Âge, 43).

_____. A racionalidade da encarnação. *Teócomunicação*, v. 39, n. 1, pp. 7-21, 2009.

_____. A Sagrada Escritura na obra de Anselmo de Aosta. In: PICH, Roberto H.; DE BONI, Luis Alberto (Eds.). *A recepção do pensamento greco-romano árabe e judaico pelo Ocidente medieval*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 209-217.

_____. A teoria da justificação na Meditação sobre a redenção humana de Anselmo de Aosta. In: SILVEIRA, Denis; Hobuss, João (Eds.). *Ação, justificação e legitimidade*. Pelotas: Ed. UFPel, 2012. p. 77-88.

_____. Falar de Deus sola ratione sem negar a autoridade de Agostinho. *Civitas Augustiniana*, v. 1, n. 1, pp. 79-98, 2012.

_____. Fé e Razão no Monólogo de Anselmo de Aosta. *Dissertatio*, n. 4, pp. 71-83, 2006.

_____. *Fides Ratio Auctoritas: O esforço dialético no “Monologion” de Anselmo de Aosta – As relações entre fé, razão e autoridade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

_____. Perfeições Puras segundo Anselmo de Aosta. *Dissertatio*, n. 31, pp. 179-195, 2010.

VIOLA, Coloman. *Anselmo d’Aosta: fede e ricerca dell’intelligenza*. Trad. Antonio Tombolini. Milano: Jaca Book, 2000.

_____. Evolution de la méthode anselmienne: les trois étapes. In: PICH, Roberto H. (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Porto: FIDEM, 2011. pp. 1-23 (Textes et Études du Moyen Âge, 60).

_____. Foi et Vérité chez Saint Anselme. In: AA. VV. *Spicilegium Beccense II*. Paris: CNRS, 1984. pp. 583-610.

VISSER, Sandra; WILLIAMS, Thomas. *Anselm*. Oxford: OUP, 2009.

_____. Anselm on Truth. In: DAVIES, Brian; LEFTOW, Brian (Eds.). *The Cambridge Companion to Anselm*. Cambridge: CUP, 2004. pp. 204-221.

_____. Anselm’s Account of Freedom. In: DAVIES, Brian; LEFTOW, Brian (Eds.). *The Cambridge Companion to Anselm*. Cambridge: CUP, 2004. pp. 179-203.

VUILLEMIN, Jules. Justice anselmienne et bonne volonté kantienne: essai de comparaison. In: LUSCOMBE, David E.; EVANS, Gillian R. (Eds.). *Anselm: Aosta, Bec and Canterbury*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1996. pp. 361-375.

WILLIAMS, Thomas. Introduction. In: _____. *Anselm. Three Philosophical Dialogues: On Truth, On Freedom of Choice, and On the Fall of the Devil*. Indianapolis: Hackett Publishing, 2002. pp. vii-xiv.

XAVIER, Maria Leonor. O conhecimento de Deus: Anselmo e Gaunilo. In: MEIRINHOS, José; PACHECO, Maria Cândida (Eds.). *Intellect et imagination dans la Philosophie Médiévale*. Turnhout: Brepols, 2006. v. 2. pp. 867-880 (Rencontres de Philosophie Médiévale, 11).

_____. *Razão e Ser: três questões de Ontologia em Santo Anselmo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

ZOPPI, Matteo. La beatitudo nel pensiero di Anselmo d’Aosta I. *Aquinas*, v. 47, pp. 333-369, 2004.

_____. La beatitudo nel pensiero di Anselmo d’Aosta II. *Aquinas*, v. 48, pp. 467-510, 2005.

_____. *La verità sull’uomo: l’antropologia di Anselmo d’Aosta*. Roma: Città Nuova, 2009.

OBRAS COLETIVAS

AA. VV. *Spicilegium Beccense I*. Actes du Congrès International du IXe Centenaire de l'arrivée d'Anselme au Bec. Paris: CNRS; Vrin, 1959.

AA. VV. *Spicilegium Beccense II: Les Mutations Socio-Culturelles au tournant des XI^e-XII^e Siècles*. Actes du Colloque International du CNRS, Le Bec-Hellouin, 11-16 Juillet 1982. Paris: CNRS, 1984.

BEJCZY, István; NEWHAUSER, Richard (Eds.). *Virtue and Ethics in the Twelfth Century*. Leiden: Brill, 2005.

BETTETINI, Maria; PAPARELLA, Francesco (Eds.). *Le Felicità nel Medioevo*. Atti del Convegno della Società Italiana per lo Studio del Pensiero Medievale (SISPM), Milano, 12-13 Settembre 2003. Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2005. (Textes et Études du Moyen Âge, 31)

BIFFI, Inos; MARABELLI, Costante; MALASPINA, Stefano (Eds.). *Anselmo d'Aosta Educatore Europeo*. Atti del Convegno di Studi, Saint-Vincent, 7-8 Maggio 2002. Milano: Jaca Book, 2003.

BIFFI, Inos; MARABELLI, Costante (Ed.). *Anselmo d'Aosta Figura Europea*. Milano: Jaca Book, 1989.

BURLANDO, Giannina (Ed.). *De las pasiones en la Filosofía Medieval*. Actas del X Congreso Latinoamericano de Filosofía Medieval, llevado a cabo en la Facultad de Filosofía de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Turnhout: Brepols, 2009. (Rencontres de Philosophie Médiévale, hors série)

CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (Eds.). *História argumentada da filosofia moral e política: a felicidade e o útil*. Trad. Alessandro Zir. São Leopoldo: UNISINOS, 2006.

CRAIG, Edward (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 1998.

DAVIES, Brian; LEFTOW, Brian (Eds.). *The Cambridge Companion to Anselm*. Cambridge: CUP, 2004.

DE BONI, Luis Alberto (Ed.). *Idade Média: Ética e Política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Marcos Roberto Nunes (Eds.). *A ética medieval face aos desafios da contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GILL, Robin (Ed.). *The Cambridge Companion to Christian Ethics*. Cambridge: CUP, 2001.

GRACIA, Jorge; NOONE, Timothy (Eds.). *A Companion to Philosophy in the Middle Ages*. Malden: Blackwell Publishing, 2002.

GRACIA, Jorge; YU, Jiyuan (Eds.). *Rationality and Happiness: From the Ancients to the Early Medievals*. Rochester: University of Rochester Press, 2003.

LACOSTE, Jean-Yves (Ed.). *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas, 2004.

LUSCOMBE, David E.; EVANS, Gillian R. (Eds.). *Anselm: Aosta, Bec and Canterbury*. Papers in Commemoration of the Nine-Hundredth Anniversary of Anselm's Enthronement as Archbishop, 25 September 1093. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1996.

MARENBOON, John (Ed.). *Medieval Philosophy*. London: Routledge, 2004.

McGRADE, A. S. (Ed.). *The Cambridge Companion to Medieval Philosophy*. Cambridge: CUP, 2003.

MEIRINHOS, José; WEIJERS, Olga (Eds.). *Florilegium Mediaevale. Études offertes à Jacqueline Hamesse à l'occasion de son éméritat*. Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2009. (Textes et Études du Moyen Âge, 50)

MEIRINHOS, José; PACHECO, Maria Cândida (Eds.). *Intellect et imagination dans la Philosophie Médiévale*. Actes du XI^e Congrès International de Philosophie Médiévale de la SIEPM. Porto, du 26 au 31 août 2002. Turnhout: Brepols, 2006. 2 v. (Rencontres de Philosophie Médiévale, 11)

PANDOLFI, Carmelo; VILLAGRASA, Jesús (Eds.). *Sant'Anselmo d'Aosta "Doctor Magnificus": a 900 anni dalla morte*. Atti della Giornata di Studio dalla Facoltà di Filosofia dell'APRA, Roma, 30 Ottobre 2009. Roma: APRA; Morolo: IFPress, 2011.

PICH, Roberto H. (Ed.). *New Essays on Metaphysics as "Scientia Transcendens"*. Proceedings of the Second International Conference of Medieval Philosophy, held at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre/Brazil, 15-18 August 2006. Louvain-la-Neuve: FIDEM, 2007. (Textes et Études du Moyen Âge, 43)

PICH, Roberto H. (Ed.). *Anselm of Canterbury (1033-1109): Philosophical Theology and Ethics*. Proceedings of the Third International Conference of Medieval Philosophy, held at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre/Brazil, 02-04 September 2009. Porto: FIDEM, 2011. (Textes et Études du Moyen Âge, 60)

PICH, Roberto H.; DE BONI, Luís Alberto (Eds.). *A recepção do pensamento greco-romano, árabe e judaico pelo ocidente medieval*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PINK, Thomas; STONE, M. W. F. (Eds.). *The will and human action: from antiquity to the present day*. London: Routledge, 2004.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos; SERRÃO, Adriana Veríssimo (Eds.). *Philosophica: Anselmo sola ratione 900 anos depois, n. 34*. Lisboa: Colibri, 2009.

ZUMR, Josef; HEROLD, Vilem. (Eds.). *The European dimension of St. Anselm's thinking*. Proceedings of the Conference organized by the Anselm-Society and the Institute of Philosophy of Academy of Sciences of the Czech Republic held in Prague, April 27-30, 1992. Prague: Institute of Philosophy; Academy of Sciences of the Czech Republic, 1993.

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

BROWN, Peter. *Santo Agostinho: Uma Biografia*. Trad. Vera Ribeiro. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. Trad. Silvana C. Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANKFURT, Harry. Freedom of the will and the concept of a person. *Journal of Philosophy*, v. 68, n.01, pp. 5-20, 1971.

FURROW, Dwight. *Ética: conceitos-chave em filosofia*. Trad. Fernando J. R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GARRETT, Brian. *Metafísica: conceitos-chave em filosofia*. Trad. Felipe R. Elizalde. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GILSON, Étienne. *A Filosofia na Idade Média*. Trad. Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

KNUUTTILA, Simo. *Emotions in Ancient and Medieval Philosophy*. Oxford: OUP, 2004.

LUISE, Fulvia; FARINETTI, Giuseppe. *Storia della Felicità: gli antichi e i moderni*. Torino: Einaudi, 2001.

MARENBOON, John. *Early Medieval Philosophy (480-1150): An Introduction*. London: Routledge, 1991.

_____. Rationality and Happiness: Interpreting Boethius's Consolation of Philosophy. GRACIA, Jorge; YU, Jiyuan (Eds.). *Rationality and Happiness: From the Ancients to the Early Medievals*. Rochester: University of Rochester Press, 2003. pp. 175-197.

MATTHEWS, Gareth. *Augustine*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

_____. Two Concepts of Happiness in Augustine. GRACIA, Jorge; YU, Jiyuan (Eds.). *Rationality and Happiness: From the Ancients to the Early Medievals*. Rochester: University of Rochester Press, 2003. pp. 161-174.

PICH, Roberto H. Agostinho e a “descoberta” da vontade: primeiro estudo. *Veritas*, v. 50, n. 2, pp. 175-206, 2005.

_____. Agostinho e a “descoberta” da vontade: primeiro estudo (continuação e fim). *Veritas*, v. 50, n. 3, pp. 139-157, 2005.

_____. Agostinho e a “descoberta” da vontade: segundo estudo. *Veritas*, v. 51, n. 4, pp. 143-166, 2006.

_____. Autodeterminação, indeterminismo e livre-arbítrio. In: BURLANDO, Giannina (Ed.). *De las pasiones en la Filosofía Medieval*. Turnhout: Brepols, 2009. pp. 43-59 (Rencontres de Philosophie Médiévale, hors série).

_____. Sobre a descoberta e a justificação da vontade: notas sobre De libero arbitrio II. *Civitas Augustiniana*, v. 1, n. 2, pp. 162-192, 2012.

RACHELS, James; RACHELS, Stuart. *Os elementos da filosofia moral*. Trad. Delamar J. V. Dutra. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANGALLI, Idalgo José. *O fim último do homem: da eudaimonia aristotélica à beatitudo agostiniana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SCHNEIDER, Theodor (Ed.). *Manual de Dogmática*. Trad. I. Kayser, L. Sander e W. Schlupp. Petrópolis: Vozes, 2000. 2 v.

SESBOÜÉ, Bernard. *Gesù Cristo l'unico mediatore. Saggio sulla redenzione e la salvezza*. Milano: Edizioni Paoline, 1991.

SILVA, Paula Oliveria e. O binômio vontade-ser em De libero arbitrio de Santo Agostinho. *Philosophica*, n. 5, pp. 19-34, 2005.

STUMP, Eleonore; KRETZMANN, Norman (Eds.). *The Cambridge Companion to Augustine*. Cambridge: CUP, 2001.

SWEETMAN, Brendan. *Religião: conceitos-chave em filosofia*. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Penso, 2013.

VAZ, Henrique de Lima. *Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica, 1*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012. (Coleção Filosofia, 47)

WHITE, Nicholas. *Breve história da felicidade*. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2009.

ZILLES, Urbano. *Antropologia Teológica*. São Paulo: Paulus, 2011.